



Comissão de Economia e Obras Públicas

Informação

Projeto de Resolução n.º 1558/XII (4.ª)
– (PCP)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, em reunião da Comissão de 15/07/2015

1. Treze Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 1558/XII (4.ª) – (PCP), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 26 de junho de 2015, tendo sido admitido a 01 de julho, data na qual baixou à Comissão de Economia e Obras Públicas.
3. A discussão do Projeto de Resolução (PJR) n.º 1558/XII (4.ª) – (PCP) ocorreu nos seguintes termos:

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Ramos (PCP), que apresentou brevemente o projeto de resolução, referindo que o grupo de trabalho para a utilização civil do aeroporto de Beja, criado por este Governo, tinha apresentado recomendações sobre a rentabilização desta infraestrutura em setembro de 2012, no relatório que entregou ao Governo, mas até ao momento o Governo nada fez para as aplicar. Concluiu, defendendo que o Governo não podia “meter na gaveta” estas recomendações e devia pugnar para que fossem cumpridas, apesar das declarações do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações na reunião da Comissão dessa manhã, que afirmou que a utilização do aeroporto tinha passado a ser da responsabilidade da empresa concessionária.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Paulo Campos (PS).

Pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) foi afirmado que, na audição dessa manhã, tinha ficado claro que não se tinha esquecido as recomendações desse grupo de trabalho e as mesmas tinham sido transmitidas à concessionária, para que fossem integradas na busca de utilizações alternativas do aeroporto de Beja. Concluiu, reiterando que não tinha razões para duvidar que a concessionária estaria a identificar entidades que quisessem utilizar aquele aeroporto para os fins referidos pelo grupo de trabalho.

Comissão de Economia e Obras Públicas

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) lembrou que em 2007 previa-se que o aeroporto de Beja atingisse 179 000 passageiros em 2009 e questionou a base da qual partiu este estudo. Considerou que o aeroporto de Beja era o exemplo claro de como uma economia assente em investimento público como solução para os problemas podia não funcionar, pois tanto o estudo como o aeroporto tinham custado muito dinheiro, sem que houvesse agora qualquer retorno. Concluiu, reconhecendo a reivindicação presente no projeto de resolução, porque considerava a mesma razoável, mas não descartava que solução se podia dar a este problema.

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) lembrou que quem tinha anunciado o aeroporto internacional de Beja tinha sido o então Primeiro-Ministro Durão Barroso e que depois o então Primeiro-Ministro Santana Lopes tinha nomeado duas administrações para a empresa de desenvolvimento do aeroporto de Beja. Considerou que a opção de fazer estes estudos e avançar para o aeroporto tinha feito sentido, numa lógica de um país que olha para o seu interior como uma região com oportunidades de desenvolvimento. Prosseguiu, afirmando que nestes quatro anos tinha ficado o exemplo claro do abandono do investimento e desenvolvimento do interior, transferindo o investimento público para o litoral e as suas zonas urbanas. Concluiu que ostracizar esta região, limitando e impedindo que a infraestrutura rodoviária lá chegue, levando ao cancelamento dos investimentos turísticos que estavam previstos, para os quais o aeroporto seria fundamental, conduziu ao problema existentes.

Encerrou esta discussão o Senhor Deputado João Ramos (PCP), afirmando que o transporte de passageiros nunca tinha sido o objetivo principal deste aeroporto e lembrando que havia um modelo de desenvolvimento agrícola que estava associado à necessidade de transporte. Recordando que o aeroporto tinha sido construído com baixo custo, por fazer o aproveitamento de uma infraestrutura militar, referiu que o mesmo teve interessados, mas os dossiers relativos a esse interesse nunca foram desenvolvidos. Reafirmou que a questão não era se se construía ou não o aeroporto, porque ele estava construído, mas, sim, se se rentabilizava ou não essa infraestrutura. Concluiu reiterando que as recomendações apresentadas pelo grupo de trabalho não tinham sido implementadas.



Comissão de Economia e Obras Públicas

4. O Projeto de Resolução n.º 1558/XII (4.ª) – (PCP) foi objeto de discussão na Comissão de Economia e Obras Públicas, em reunião de 15 de julho de 2015.

5. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 22 de julho de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(PEDRO PINTO)